

**GERALDO APARECIDO DO LIVRAMENTO**

*O autor é Pedagogo. Especialista em Supervisão Escolar, Administração Escolar, Didática e Sociologia. Graduado em História e Estudos Sociais. Graduado no Curso de Direito, Especialista e Mestre em Processo Civil e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. Sua via profissional foi pautada à advocacia e ao magistério, acumulando uma vasta experiência em metodologia do ensino-aprendizagem. No Ensino Superior foi professor de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil. Atualmente é professor convidado pela Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB/SP, e palestrante convidado junto ao Departamento de Cultura e Eventos da OAB/SP.*

# EXECUÇÃO NO NOVO CPC

**3ª EDIÇÃO**  
REVISTA E ATUALIZADA



**JHMIZUNO**  
EDITORA DISTRIBUIDORA

**Execução no Novo CPC – 3ª Edição**

© Geraldo Aparecido do Livramento

J. H. MIZUNO 2018

Revisão:

Eliane Chainça

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)**

L788e	<p>Livramento, Geraldo Aparecido do.  Execução no novo CPC : Execução por título extrajudicial : Cumprimento de sentença : Defesa / Geraldo Aparecido do Livramento. 3.ed.</p> <p>Leme (SP): JH Mizuno, 2018.  480 p. : 16 x 23 cm.</p> <p>Inclui referências.  Inclui índice alfabético remissivo.</p> <p>1. Ações executivas. 2. Execuções (Direito) - Brasil. 3.Processo civil. I. Título.</p>
ISBN 978-85-7789-339-3	CDD-347.81077
<b>Índice para o Catálogo Sistemático</b>	
1. Liquidação de Sentença 347.81077	
2. Processo Civil : Brasil 347.81	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editorajhmizuno.com.br](http://www.editorajhmizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editorajhmizuno.com.br](mailto:atendimento@editorajhmizuno.com.br)

1113651

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

# Sumário

---

## CAPÍTULO I DOS TÍTULOS EXECUTIVOS

1. Noções gerais .....	25
2. Dos títulos executivos judiciais.....	25
2.1. As decisões proferidas no Processo Civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	25
2.2. A decisão homologatória de autocomposição judicial.....	26
2.3. A decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza .....	27
2.4. O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal ...	27
2.5. O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial .....	29
2.6. A sentença penal condenatória transitada em julgado .....	29
2.7. A sentença arbitral .....	30
2.8. A sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça...	31
2.9. A decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça.....	31
2.10. A regularização de outros títulos judiciais que já se submetiam ao cumprimento de sentença .....	32
3. Do juiz competente para o cumprimento de sentença .....	33
3.1. Os Tribunais, nas causas de sua competência originária .....	33
3.2. O juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição .....	33
3.3. O juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo .....	36
4. A decisão judicial transitada em julgado e a possibilidade do protesto.....	39
5. Regras especiais facultativas ao exequente .....	41

6. Dos títulos executivos extrajudiciais .....	41
6.1. A letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque .....	42
6.1.1. A letra de câmbio.....	42
6.1.2. A nota promissória.....	42
6.1.3. A duplicata.....	43
6.1.4. A debênture .....	43
6.1.5. O cheque.....	44
6.2. A escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor .....	44
6.3. O documento particular assinado pelo devedor e por (2) duas testemunhas.....	44
6.4. O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por Tribunal ..	45
6.5. O contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução .....	46
6.6. O contrato de seguro de vida em caso de morte.....	48
6.7. O crédito decorrente de foro e laudêmio.....	49
6.8. O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	49
6.9. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	51
6.10. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.....	51
6.11. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei .....	52
6.12. Todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	54
7. Do juiz competente para a execução por título executivo extrajudicial .....	55
8. Da derrogação dos atos executivos .....	55

## CAPÍTULO II

### DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA

9. Considerações gerais .....	57
10. Da liquidação por arbitramento .....	59
11. Da liquidação da sentença por procedimento comum .....	62

**CAPÍTULO III**  
**DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

12. Disposições gerais .....	65
13. Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....	68
13.1. Da execução ou cumprimento provisório da sentença .....	68
13.2. Do procedimento do provisório cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa .....	69
13.3. Do cumprimento provisório da sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa .....	73
13.4. A execução provisória da sentença e a dispensa de caução.....	73
13.5. Do requerimento do cumprimento provisório da sentença .....	75
14. Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....	75
14.1. Do requerimento do cumprimento definitivo da sentença .....	77
14.1.1. Do demonstrativo do débito .....	78
14.1.2. Outras normas para a elaboração dos cálculos ou planilha aritmética .....	79
15. A defesa do executado no cumprimento definitivo da sentença .....	79
15.1. Disposições gerais.....	79
15.2. Da matéria de defesa a ser postulada na impugnação .....	81
15.3. Da postulação de impedimento ou suspeição do juiz .....	85
15.4. Da postulação de impedimento ou suspeição de outros partícipes e auxiliares.....	86
15.5. Normas extraordinárias a serem aplicadas na impugnação do cumprimento de sentença .....	87
15.6. Da impugnação específica quanto se tratar de excesso de execução .....	88
15.7. Regras gerais para a impugnação de cumprimento de sentença.....	88
16. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	91
16.1. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos fixados em razão do parentesco .....	93
16.2. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de prestar alimentos em ação indenizatória por ato ilícito.....	97
16.3. Da extinção da execução de prestação de alimentos.....	99
17. A norma de fixar alimentos com base no salário mínimo.....	100
18. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	101
18.1. Do pedido de cumprimento de sentença .....	101

19. Do procedimento e impugnação ao pedido de cumprimento de sentença .....	102
20. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer .....	105
21. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa .....	111

## CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

22. Introdução.....	117
23. Disposições gerais .....	122
24. Atos atentatórios à dignidade da justiça .....	123
24.1. Da sanção por ato atentatório à dignidade da justiça.....	128
25. Da desistência da execução por título executivo extrajudicial .....	128
26. Da responsabilidade do exequente por indevida ação de execução .....	130
27. Princípios do processo de execução.....	132
27.1. Princípio da realidade .....	132
27.2. Princípio da satisfatividade.....	132
27.3. Princípio da utilidade.....	133
27.4. Princípio da economicidade.....	133
27.5. Princípio da especificidade .....	134
27.6. Princípio do ônus da execução .....	134
27.7. Princípio do respeito à dignidade humana.....	135
27.8. Princípio da disponibilidade da execução .....	135
27.9. Princípio da disponibilidade parcial da execução .....	136
27.10. Princípio da cumulatividade de várias execuções.....	137
28. Das partes no processo de execução .....	137
28.1. Da legitimidade ordinária e extraordinária no processo de execução ..	137
28.2. Da legitimidade ativa .....	138
28.3. Da legitimidade passiva .....	142
29. Requisitos necessários para realizar qualquer execução .....	145
29.1. Possibilidade de opção pelo processo de conhecimento.....	146
29.2. Da exigibilidade da obrigação.....	146
30. Da responsabilidade patrimonial .....	147
30.1. Os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória .....	147

30.2. Os bens do sócio, nos termos da lei.....	148
30.3. Os bens do devedor, ainda que em poder de terceiros .....	149
30.4. Os bens do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida .....	149
30.5. Os bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ....	151
30.6. Bens cuja alienação, ou gravação com ônus real, tenha sido anulada em razão do reconhecimento em ação autônoma de fraude contra credores.....	154
30.7. Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica .....	155
30.8. Disposições gerais a serem consideradas na responsabilidade patrimonial.....	158
30.9. A execução e os bens do fiador .....	158
30.10. Da responsabilidade patrimonial do espólio e seus herdeiros .....	159

## SEÇÃO I

### Das Diversas Espécies de Execução

31. Disposições gerais .....	159
31.1. Documentos para instrução da petição inicial de execução .....	159
31.2. Dos requisitos da petição inicial.....	160
31.3. O demonstrativo do débito para pagamento de quantia certa .....	161
31.4. Outros requerimentos de competência do exequente .....	161
31.5. Disposições para obrigações alternativas .....	163
31.6. Do recebimento da petição inicial de execução.....	163
31.7. Da nulidade da ação executiva .....	163
31.8. Da ineficácia de alienação dos bens pelo devedor .....	165
31.9. A obrigatoriedade de promover a execução pelo modo menos gravoso ao executado .....	166

## SEÇÃO II

### Da Execução para Entrega de Coisa Certa e Incerta

32. Considerações gerais .....	166
32.1. O procedimento do processo de execução para entrega de coisa certa ...	167
32.2. O processo de execução para entrega de coisa incerta .....	169

## SEÇÃO III

## Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer

33. Noções gerais.....	170
33.1. Disposições comuns.....	171
33.2. Processo de execução de obrigação de fazer.....	171
33.3. Processo de execução de obrigação de não fazer.....	174

## SEÇÃO IV

## Da Execução por Quantia Certa

34. Introdução.....	174
34.1. Das disposições gerais.....	175
34.2. Da citação do devedor e do arresto.....	176
34.3. Da penhora, do depósito e da avaliação.....	180
34.4. O objeto da penhora.....	181
34.5. Os bens impenhoráveis.....	181
34.6. A não oponibilidade da impenhorabilidade.....	187
34.7. Bens relativamente impenhoráveis.....	187
34.8. A ordem preferencial da penhora.....	187
34.8.1. A ordem.....	187
34.8.2. Dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituições financeiras.....	188
34.8.3. Títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado.....	189
34.8.4. Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado.....	189
34.8.5. Veículos da via terrestre.....	<b>189</b>
34.8.6. Bens imóveis.....	190
34.8.7. Bens móveis em geral.....	191
34.8.8. Semoventes.....	191
34.8.9. Navios e aeronaves.....	192
34.8.10. Ações e quotas de sociedades simples e empresárias.....	192
34.8.11. Percentual do faturamento de empresa devedora.....	193
34.8.12. Pedras e metais preciosos.....	194
34.8.13. Direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia.....	194
34.8.14. Outros direitos.....	194



34.9. Regras especiais a serem observadas ao título .....	195
34.10. Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito .....	196
35. Penhora sobre bem indivisível .....	200
36. Para conhecimento de terceiros quanto à penhora .....	201
37. Do lugar de realização da penhora.....	202
38. Rompimento de obstáculos para realização da penhora.....	202
39. Das modificações da penhora.....	203
40. Da alienação antecipada dos bens penhorados.....	205
41. Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira.....	206
42. Da penhora de créditos .....	208
43. Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas .....	209
44. Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos.....	210
45. Da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	212
46. Da penhora de frutos e rendimentos da coisa móvel ou imóvel .....	212
47. Da avaliação do bem penhorado.....	213

## SEÇÃO V

### Da Expropriação de Bens

#### Subseção I

#### Da Adjudicação

48. O conceito de adjudicação .....	216
48.1. O procedimento da adjudicação .....	218

#### Subseção II

#### Da Remição

49. Da remição da execução.....	219
50. Da remição do bem penhorado.....	219

#### Subseção III

#### Da Alienação

51. Alienação por iniciativa particular, corretor ou leiloeiro público.....	220
52. Alienação por leilão judicial .....	221
53. Do leiloeiro público.....	221

54. Do procedimento para o leilão.....	222
55. Dos partícipes da alienação judicial.....	224
55.1. Dos partícipes permitidos .....	224
55.2. Dos impedidos a participarem.....	225
56. Da arrematação .....	226
56.1. Da suspensão da arrematação.....	227
56.2. Arrematação de diversos bens penhorados .....	227
56.3. Arrematação de parte do imóvel.....	227
56.4. Arrematação por prestações.....	227
56.5. Arrematação mediante fiança .....	229
56.6. Arrematação de bem imóvel de propriedade de incapaz.....	230
56.7. Da formalização da arrematação.....	230
56.8. Da invalidação da arrematação .....	231
56.9. Da desistência da arrematação.....	233
56.10. Ato atentatório à dignidade da justiça .....	233

#### **Subseção IV**

#### **Da Satisfação do Crédito**

57. Disposições gerais .....	234
58. A preferência quando houver pluralidade de credores.....	235
59. Regras especiais de preferência estabelecidas em outras leis .....	236
60. Procedimento no concurso de credores.....	237

### **SEÇÃO VI**

#### **Execução Contra a Fazenda Pública**

61. Introdução.....	238
62. O procedimento da execução contra a Fazenda Pública .....	242

### **SEÇÃO VII**

#### **Da Execução de Alimentos**

63. Introdução.....	242
64. Execução de alimentos sob pena de prisão civil .....	244
64.1. O procedimento da execução sob pena de prisão civil.....	247
65. Execução de alimentos sob pena de penhora.....	248

## CAPÍTULO V DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

66. Noções gerais .....	249
67. Dos embargos à execução .....	251
68. Dos embargos à execução por carta .....	252
69. Do favor legal concedido ao executado .....	253
70. Dos efeitos e matéria dos embargos à execução .....	254
71. A matéria de defesa nos embargos à execução .....	255
71.1. Inexequibilidade do título executivo extrajudicial ou inexigibilidade da obrigação .....	256
71.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	256
71.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	256
71.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa .....	257
71.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução .....	258
71.6. Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento .....	259
72. Do procedimento dos embargos à execução e a petição inicial .....	260
73. O pedido nos embargos à execução .....	266

### SEÇÃO I

#### Da Intervenção de Terceiro nos Embargos à Execução

74. Introdução.....	269
75. Desconsideração da personalidade jurídica.....	270
76. Do <i>Amicus Curiae</i> .....	271

### CAPÍTULO VI

#### DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

77. Da suspensão do processo de execução.....	275
78. Da extinção do processo de execução.....	278

### CAPÍTULO VII

#### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

79. Introdução.....	281
80. A insolvência requerida pelo credor.....	282

81. A insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	283
82. Da declaração de insolvência .....	283
83. Da verificação e da classificação dos créditos .....	284
84. Da liquidação da massa .....	285
85. Da extinção das obrigações .....	285
86. Regras da ação executiva de insolvência .....	286

## **CAPÍTULO VIII**

### **INSTITUTOS APLICÁVEIS NA EXECUÇÃO**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Citação**

87. Introdução.....	287
88. Da citação no processo de execução .....	288

#### **SEÇÃO II**

##### **Forma da Contagem dos Prazos na Execução**

89. Introdução.....	291
---------------------	-----

#### **SEÇÃO III**

##### **Embargos de Segunda Fase**

##### **Embargos à Arrematação e Adjudicação**

90. Noções gerais .....	294
91. A inexistência do procedimento incidental dos embargos à alienação judicial .....	295
92. A inexistência do procedimento incidental embargos de retenção por benfeitorias.....	297

#### **SEÇÃO IV**

##### **Prescrição Intercorrente**

93. Da prescrição .....	299
94. Da prescrição intercorrente .....	301

95. O reconhecimento da prescrição intercorrente .....	302
96. Da prescrição intercorrente no processo de execução .....	303
97. Da prescrição intercorrente no cumprimento de sentença.....	305
98. A prescrição intercorrente no cumprimento de sentença trabalhista .....	308

## SEÇÃO V

### Outras Formas de Defesas do Executado

99. Introdução.....	309
100. A exceção de pré-executividade .....	310
101. Do cabimento e matéria de defesa .....	312
102. Do prazo para postulação da exceção de pré-executividade .....	312
103. Do procedimento e possibilidade jurídica da via de exceção de pré-executividade .....	313

## MODELOS

1. Liquidação por arbitramento .....	317
2. Liquidação por procedimento comum .....	319
3. Suspeição do juiz .....	322
4. Cumprimento definitivo da sentença (pagamento de quantia) .....	324
5. Cumprimento de sentença de alimentos .....	326
6. Cumprimento definitivo da sentença.....	328
7. Cumprimento definitivo de sentença.....	330
8. Cumprimento de sentença condenatória de alimentos.....	332
9. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer .....	334
10. Cumprimento de sentença de obrigação de entregar coisa certa.....	336
11. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública ~ RPV .....	338
12. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública – Precatório .....	340
13. Impugnação de cumprimento de sentença .....	342
14. Execução para entrega de coisa certa.....	346
15. Execução para entrega de coisa incerta .....	348
16. Pedido quando alienada a coisa exigida .....	350
17. Execução de obrigação de fazer.....	352

18. Execução por quantia certa.....	354
19. Execução contra a Fazenda Pública - RPV .....	357
20. Execução contra a Fazenda Pública - Precatório .....	359
21. Execução de alimentos.....	361
22. Execução de alimentos - por quantia certa .....	363
23. Pedido para declarar fraude à execução .....	366
24. Requerimento administrativo para averbação premonitória .....	368
25. Nulidade da execução.....	369
26. Embargos à execução .....	371
27. Pedido para pagamento parcelado da execução.....	376
28. Impugnação de incorreção de penhora.....	378
29. Remição da execução .....	380
30. Adjudicação do bem penhorado .....	382
31. Aquisição de bem penhorado em prestações .....	384
32. Exceção de pré-executividade .....	387
<b>LEGISLAÇÃO (Lei n. 13.105 de 16/03/2015 - Lei n. 13.256 de 04/02/2016)....</b>	<b>389</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>463</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....</b>	<b>469</b>